

Ata número 2

Aos 19 dias do mês de janeiro de 2023, pelas dezoito horas, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária os membros da REDE – Rede Internacional e Interdisciplinar sobre as Desigualdades, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação do Regulamento da REDE;
2. Eleição de uma Comissão de Coordenação da REDE;
3. Eleição do Presidente da Assembleia Geral;
4. Eleição do Secretário da Assembleia Geral;
5. Informações / Diversos.

O membro fundador, e coordenador da REDE, professor Casimiro Balsa deu início à reunião.

Estiveram presentes na reunião os membros constantes da lista de presenças anexa a esta ata – Anexo I.

Ponto 1 – Aprovação do Regulamento da REDE

Foi aprovado por unanimidade dos que assistiram à reunião (8 presentes em sala e 8 online) o Regulamento da REDE (o qual deixamos em anexo – Anexo II).

Ponto 2 – Eleição de uma Comissão de Coordenação da REDE

Foi proposta e divulgada no site da REDE a seguinte Lista para a Comissão de Coordenação:

Rogério Roque Amaro, ISCTE, IUL; Rede Desigualdades

Casimiro Balsa, CICS.NOVA – NOVA-FCSH; REDE Desigualdades

Gilmar Antônio Bedin, Univ Reg. Noroeste Rio Grande do Sul, Ijuí; REDE Desigualdades

Lindomar Wessler Boneti, Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Rede Desigualdades

Nathalie Burnay, Université Catholique de Louvain ; Rede Desigualdades

Antônio Dimas Cardoso, Universidade Estadual de Montes Claros: REDE Desigualdades

Vivianne Châtel, Université de Fribourg; REDE Desigualdades

Jordi Estivill, REDE Desigualdades e Xarxa de Economia Solidaria de Catalunya

Manuel Lisboa, CICS.NOVA – NOVA-FCSH; REDE Desigualdades

Marc-Henry Soulet, Université de Fribourg; REDE Desigualdades

A Comissão de Coordenação foi votada e aprovada por unanimidade dos que assistiram à reunião (8 presentes em sala e 9 online)

Ponto 3 – Eleição do Presidente da Assembleia Geral

Foi proposto e divulgado no site da REDE o nome de Christine Veloso Araújo, de Montes Claros, para Presidente da Assembleia Geral.

A proposta foi votada e aprovada por unanimidade dos que assistiram à reunião (8 presentes em sala e 9 online).

Ponto 4 – Eleição do Secretário da Assembleia Geral

Foi proposto e divulgado no site da REDE o nome de Clara Vital, da NOVA FCSH, para Secretário da Assembleia Geral.

A proposta foi votada e aprovada por unanimidade dos que assistiram à reunião (8 presentes em sala e 9 online).

Ponto 5 – Informações / Diversos

As informações e novidades estão sempre atualizadas no site da REDE (<https://rededesigualdades.fcsh.unl.pt/>).

O próximo evento realiza-se em Curitiba, Brasil, de 7 a 9 de março – Colóquio Internacional *Uma pedagogia para o viver em comum: direitos e deveres universais dos seres humanos e das comunidades*.

Realiza-se em maio, de 15 a 19, em Lisboa, Portugal, um Seminário Internacional sobre *O processo de conceptualização e a produção de teorias em Sociologia. A partir do trabalho de Guy Bajoit*.

Em junho, na segunda quinzena, realizar-se-á um colóquio em Friburgo sobre a culpabilidade. A chamada para comunicações ainda não abriu.

Relativamente à Edição, o quinto livro está a ser preparado para publicação. Estão já previstos para publicação um sexto e um sétimo livros para este ano.

O professor Dimas Cardoso comunicou que a impressão de alguns livros da coleção fica pronta no Brasil no início de fevereiro. Sugeriu que a apresentação dos livros poderá decorrer durante o Colóquio a realizar em Curitiba, em março.

Existe também a parceria com Friburgo, tendo o professor Casimiro Balsa informado que um dos livros da nossa coleção será traduzido e editado lá.

Foi ainda referido pelo professor Casimiro Balsa que seria importante existir mais projetos.



Rede Internacional e Interdisciplinar
sobre as Desigualdades

O Coordenador Casimiro Balsa felicitou os eleitos, agradeceu a participação, a presença e a amizade de todos.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Geral.

Anexo I**Lista de presenças:**

Casimiro Marques Balsa

Cecília Dionísio

Christine Veloso Araújo

Clara Vital

Dimas Cardoso

Domingos Vaz

Elenise Schomardie

Gilmar Bedin

Jordi Estivill

Laurindo Mekie Pereira

Lindomar Boneti

Luiz Matos-Macedo

Manuela Pereira

Marc-Henry Soulet

Michel Messu

Mirian Guebert

Rogério Roque Amaro



Rede Internacional e Interdisciplinar
sobre as Desigualdades

Anexo II



Rede Internacional e Interdisciplinar
sobre as Desigualdades

International and Interdisciplinary Network on Inequalities | Réseau International et Interdisciplinaire sur les Inégalités |
Rede Internacional e Interdisciplinar sobre as Desigualdades | Xarxa Internacional i Interdisciplinària sobre Desigualtats

Rede Internacional e Interdisciplinar sobre as Desigualdades (REDE Desigualdades)

Regulamento

Princípios de organização e de funcionamento da REDE Desigualdades

Conteúdo

<u>Motivações para a criação da Rede Internacional e Interdisciplinar sobre as Desigualdades (REDE)</u>	7
<u>Missão, âmbito e finalidades</u>	10
<u>Missão</u>	10
<u>Âmbito da Rede</u>	10
<u>Finalidades</u>	11
<u>Orientações temáticas e metodológicas</u>	12
<u>Orientações éticas</u>	15
<u>Estatuto dos Membros</u>	17
<u>Membros</u>	17
<u>Categorias dos Membros</u>	17
<u>Possibilidades e modalidades de adesão</u>	18
<u>Meios de funcionamento</u>	19
<u>Estrutura orgânica</u>	19
<u>A Assembleia Geral</u>	19
<u>A Comissão de Coordenação</u>	20
<u>O Coordenador</u>	21

Motivações para a criação da Rede Internacional e Interdisciplinar sobre as Desigualdades (REDE)

1. Neste documento, propomos a formalização, sob a forma de uma “rede”, de um longo, denso e produtivo itinerário de intercâmbios científicos e académicos, partilhado por docentes e pesquisador/as trabalhando em instituições de países e contextos geopolíticos diferentes e especializada/os em múltiplas áreas do conhecimento e da intervenção, mas todo/as movida/os pela preocupação com o bem comum e pelo desejo de promover uma sociedade mais justa e mais preocupada com o destino de territórios e de comunidades que, embora contribuam para a constituição ou preservação de um património comum, dele não beneficiam, sendo muitas vezes, pelo contrário, excluídas do acesso aos recursos materiais e simbólicos, da participação cidadã ou de dimensões importantes das suas identidades.

2. Com a criação da *Rede Internacional e Interdisciplinar sobre Desigualdades* não se pretende iniciar ou mobilizar uma nova cooperação; procuramos, antes, reconhecer a existência, valorizar a longevidade, consolidar os resultados, fortalecer os ideais e os objetivos e dar um enquadramento orgânico a um processo de cooperação que reúne instituições e investigadores nalguns dos casos desde há quase 30 anos, e pelo menos desde há 15 anos, e que se mantém em plena atividade. Apresentaremos, mais à frente os seus resultados.

O primeiro nó na origem da Rede remonta a 1986, no âmbito do II Programa de Combate à Pobreza liderado pela Comunidade Europeia nos diversos países que então a constituíam, e em que participaram alguns dos atuais parceiros. A partir deste nó foram celebrados vários protocolos de cooperação interinstitucional e foram iniciadas atividades de intercâmbio científico e académico (algumas com o apoio dos Programas Sócrates / Erasmus) entre a NOVA/FCSH, Universidade Nova de Lisboa e a Universidade Católica de Lovaina, a Universidade de Barcelona, a Universidade de Loughborough e a Universidade de Antuérpia, algumas das quais continuam ativas até hoje.

Um segundo nó foi estabelecido em 1996 com a constituição de um grupo temático dentro da Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa (AISLF), reconhecido como Grupo de Trabalho em 1999 e como o Comitê de Pesquisa - CR30 Desigualdades, Identidades e Laços Sociais - em 2005, e que se mantém em atividade. A partir deste nó foram formalizados protocolos de cooperação interinstitucional com Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC / Paraná, Br) e a Universidade de Ijuí, RS, Br e realizados intercâmbios (que se mantêm) no âmbito do Programa Sócrates / Erasmus entre a NOVA/FCSH e a Universidade de Friburgo. As atividades de pesquisa e de ensino associadas a este nó foram desenvolvidas em parceria com a Universidade de Coimbra/Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação, tendo sido assinado um protocolo entre esta Instituição e a Universidade Nova de Lisboa/FCSH.

O terceiro nó foi formado a partir da cooperação, iniciada em 2006, com a Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES, MG, Br, concretizada por meio da assinatura de protocolos interinstitucionais que têm possibilitado o desenvolvimento de um rico programa de intercâmbio nos planos acadêmico, científico e editorial e que se mantém ativo. Esta cooperação permitiu, entre muitas outras atividades, a criação, na UNIMONTES, de uma estrutura de pesquisa - o NIPS, Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa Social. Este nó também conduziu à assinatura de protocolos de cooperação entre as Universidades de Montes Claros e de Friburgo.

Ao longo da sua atividade, a Rede teve a oportunidade de estabelecer relações de trabalho com inúmeras outras instituições e pesquisador/as na Europa, em África e na América Latina, sem que tenham sido assinados protocolos formais de cooperação. No entanto, se considerarmos a consistência de algumas destas interações, a Rede estende-se bem para além das Instituições designadas.

3. Toda a atividade que constitui o património da REDE foi enquadrada, na sua origem, no início dos anos 1990, pelo CEOS (nome de um titã da mitologia grega – Koïos – que simboliza o intelecto, pensamento que possibilita o conhecimento). O CEOS foi um Grupo de investigação criado na FCSH, de forma proativa, para permitir dar continuidade, em situação de pesquisa contratualizada, ao Seminário de Investigação

que finalizava a formação pré-Bolonha em Sociologia na NOVA/FCSH. O CEOS foi reconhecido posteriormente como “unidade de investigação” pela FCT, Fundação para a Ciência e Tecnologia. O CEOS esteve organicamente associado primeiro à FCSH, em seguida à Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, tendo voltado a ser integrado na FCSH, antes de constituir com outras Unidades de investigação, o CESNOVA que deu lugar, em seguida, ao CICS.NOVA, duas unidades de investigação tuteladas pela NOVA/FCSH.

Missão, âmbito e finalidades

Missão

A missão da Rede /Desigualdades pode ser entendida em relação a três níveis; 1) por um lado, em relação às atividades dos seus Membros, pelo menos aquelas das atividades que os Membros, individualmente, decidam investir na Rede; 2) por outro lado, em relação às atividades comuns (pesquisa, edição, outros eventos científicos.) que mobilizem os demais membros da rede ou, pelo menos, alguns deles e 3) em relação às funções geridas em permanência pela Rede e assumidas coletivamente por meio de dispositivos e orientações estatutárias ou regulamentares por ela instituídos.

Âmbito da Rede

1. Enquanto “rede”, a **Rede/Desigualdades** constitui-se, em primeiro lugar, como uma interface entre as Instituições e os pesquisadores que constituem os seus núcleos de base, que podem ser instituições de investigação, de ensino ou de intervenção, na medida em que os seus campos de atividade respetivos sejam suscetíveis de contribuir para a realização da missão da Rede. A **Rede/Desigualdades** é, portanto, um instrumento que visa transversalizar as atividades que as Instituições que a constituem decidem investir na Rede e que sejam compatíveis com a sua missão. De acordo com esta primeira dimensão de seu âmbito, a Rede busca, portanto, produzir benefícios de escala, ou seja, busca potencializar resultados que pertencem e são da responsabilidade de cada um dos seus núcleos de base. Neste sentido, cada Membro pode creditar à Rede as atividades que considerar adequadas, e julgadas adequadas pelos demais Membros, para realizar a missão da Rede, em particular a produção de benefícios de escala.

2. Esses benefícios de escala também podem ser alcançados por meio de iniciativas conjuntas, mobilizando alguns ou todos os Membros da Rede para a realização de projetos conjuntos. Na medida em que a Rede é explicitamente mobilizada, para além de poderem ser mobilizadas as instituições de origem associadas, a responsabilidade científica pelas atividades envolvidas pode ser creditada, por direito próprio, à Rede.

3. Finalmente, a **Rede Desigualdades** também pode produzir benefícios de escala, assegurando, de uma forma permanente, determinadas funcionalidades suscetíveis de interessar o conjunto dos seus Membros. Dentre essas atividades podemos enumerar as seguintes: a) Informação e gestão da identidade da Rede; b) atividades de intercâmbio científico; c) ações de formação e d) edição.

Finalidades

Considerando as razões que estão na base da sua criação, a sua missão e o seu âmbito, as finalidades da REDE são, portanto, os seguintes:

- a) Permitir a continuidade e reforçar os laços de cooperação que existem entre os Membros Fundadores desde há uma trintena de anos;
- b) Permitir que outras instituições e pesquisadores interessados nos objetivos e na filosofia de pesquisa da REDE participem do Projeto;
- c) Constituir uma plataforma de pesquisa orientada para promoção de análises e a defesa da importância política da problemática das desigualdades, privilegiando o estudo dos processos, das dinâmicas e dos problemas sociais que as produzem e o estudo dos instrumentos de intervenção, particularmente os que relevam da ação pública, que permitam combatê-las;
- d) Animar um espaço de debate permanente sobre as formas de fazer ciência e sobre as relações entre ciência, sociedade e tecnologia;
- e) Oferecer aos seus membros oportunidades de construir, desenvolver e divulgar questões e problemáticas de pesquisa;
- f) Fornecer aos seus Membros uma interface para a organização de pesquisas conjuntas;
- g) Oferecer aos seus Membros uma plataforma de edição;
- h) Oferecer aos seus Membros oportunidades para organizar atividades de intercâmbio científico e divulgar resultados de pesquisas.

Orientações temáticas e metodológicas

1. As orientações temáticas e metodológicas da Rede resultam da experiência acumulada durante as operações de cooperação realizadas em conjunto.

Desde o seu início, como foi assinalado antes, é claro que a vocação da Rede é analisar e contribuir para a compreensão dos problemas sociais e participar na construção dos instrumentos de intervenção destinados a combatê-los. Esta vocação consolidou-se ao longo da cooperação, ao mesmo tempo que se confirmaram e desenvolveram as principais orientações metodológicas que a animam, nomeadamente: **orientação transnacional** (através da prática da metodologia de análise comparativa internacional); **orientação interdisciplinar** (particularmente a Sociologia, a Economia, a História, a Antropologia, a Geografia, o Serviço Social, a Literatura, as Ciências Médicas); **orientação intersectorial** e **multinível** (em diferentes setores e níveis de ação) e a **orientação multidimensional** dos problemas estudados. Estas orientações, ao invés de excluir abordagens disciplinares e empiricamente focadas, exigem-nas, como componentes essenciais na base da apreensão, compreensão e tratamento de problemas complexos.

2. Estas orientações permitem que as atividades da REDE sejam uma oportunidade para cruzar conhecimentos e de experiências a partir dos investimentos temáticos dos seus Membros, na perspetiva de uma melhor compreensão da questão central das desigualdades sociais. A apresentação que faremos mais tarde destas atividades mostra bem as múltiplas oportunidades de diálogos temáticos realizados ao longo do tempo. Diferentes campos de pesquisa foram, com efeito, mobilizados, nomeadamente: 1) modos de produção, de distribuição e de financiamento de bens e de serviços, considerando, particularmente as suas repercussões sobre emprego e o trabalho e as relações laborais (relações de exploração, desigualdades ao nível do trabalho, situações de desemprego, subemprego ou trabalho informal ou atividades da economia social e solidária); 2) a produção das Políticas públicas, entre os seus níveis de conceção e de concretização, considerando os seus interfaces com a Ação Pública e a Ação coletiva; 3)

as relações de solidariedade social (iniciativas de entreaajuda, produção ou trocas solidárias, populações assistidas, populações vítimas de crises económicas, ambientais, sanitárias... 4) relações ao espaço e definição e construção de territórios como marcadores identitários (modos de apropriação do espaço, ambiente e sustentabilidade); 5) educação, modos de transmissão e comunicação e modelos de socialização (reprodução e estatutos sociais); 6) Reconhecimento e produção de identidades e pertenças sociais; 7) Responsabilidade, Direitos Humanos e cidadania; 8) processos migratórios e estudo de populações provenientes da imigração; 9) relações sociais e desigualdades de gênero; 10) relações de discriminação com base em características individuais (idade, local de origem ou residência ou estilos de vida); 11) possibilidades, modalidades e modos de expressão das subjetividades sociais; 12) relações ao consumo, estilos e modos de vida, mercados de bens materiais e imateriais, bem-estar e saúde (utilidade e esbanjamento, excesso e comportamentos aditivos); 13) a pesquisa e a ciência para quem e para quê? (os tempos e os parceiros do empreendimento científico, verdade e pós-verdade).

3. Na vertente de análise mais diretamente focada na intervenção, as questões relativas às políticas públicas e à responsabilidade do Estado no tratamento dos problemas públicos levaram-nos a alargar a observação considerando dois planos: 1) de um lado, sobre a problemática da Ação Pública, que nos permite abrir os horizontes da observação aos diversos parceiros que se associam ao Estado para enfrentar os problemas sociais, em particular, as instituições peri-públicas e as organizações da sociedade civil organizadas ou as organizações de economia social e solidária e, 2) por outro lado, aos movimentos sociais e, mais geralmente, à Ação coletiva, na medida em que ela participa da construção dos referenciais da ação e das agendas políticas.

Paralelamente à observação do Estado, que só pode ser considerado homogêneo quando se limita a leitura dos seus resultados ao plano legislativo e ao médio e longo prazo, interessa-nos igualmente analisar o papel desempenhado na concretização das políticas públicas pelas suas múltiplas engrenagens, particularmente a ação dos agentes

que, em diferentes níveis, são responsáveis pela construção de uma ação do Estado que, percebida a partir destes lugares, está longe de aparecer como sendo homogênea.

Os desafios que se colocam à pesquisa diversificaram-se, assim, progressivamente, para nos permitir compreender as múltiplas questões, níveis, modos de territorialização, conjunturas sócio históricas ... e, portanto, os diferentes sentidos da ação pública. Sublinhamos, em particular, as análises que incidem sobre as instâncias, os níveis, as metodologias ou os sentidos das intervenções que exercem efeitos sobre: 1) os processos e os mecanismos de produção das desigualdades e as suas consequências sob a forma de novas formas de pobreza ou de exclusão social; 2) as transformações do meio ambiente e as modalidades de transição energética e social e a importância que nelas assumem as práticas alternativas e as lutas pela defesa de estilos de vida e de consumo sustentáveis; 3) a implementação de novos modelos de solidariedade que apostam em novas formas alternativas de produção, financiamento, troca e distribuição, em particular em torno das economias populares e da economia social e solidária; 4) a transição civilizacional que se inicia, depois de todos os pós-passados, tão anunciados, e que nos obrigam a renovar o nosso questionamento sobre, por exemplo, a) uma nova relação com a natureza (ou tratar-se-ia, antes, de construir um novo “estado de natureza”?); b) novas formas de propriedade comum entre propriedade privada e pública; c) uma nova ordem na construção das relações sociais numa conjuntura onde se jogam novos modos de relações entre a individualidade e a globalidade através, designadamente, de uma "sociedade digital" e de um novo tipo de relação à comunicação; d) o advento de novas modalidades de relações de dominação / subordinação ...

De qualquer forma, estas mudanças obrigam-nos a repensar os modelos que nos permitem conjugar os constrangimentos impostos pelos enquadramentos da vida coletiva e novas formas de construção e manifestação de subjetividades individuais e de grupo através da arte, designadamente da literatura e da música mas igualmente da língua, por exemplo; a construção de identidades a partir de memórias comunitárias, relações de vizinhança ou outros critérios de construção de proximidade ... Como será

possível conciliar essas diferentes formas de construção evitando as derivas (bolhas) que elas permitem, tornando-as compatíveis com a necessidade de manutenção de modalidades de um viver-juntos?

4. Fazer convergir todas essas questões em torno da questão / rótulo das desigualdades é uma forma de colocar um ecrã entre nós e a realidade. No entanto, a nossa preocupação é fazer com que este ecrã funcione ao jeito de um microscópio, permitindo-nos ver mais claramente o que se esconde, ou então de um telescópio, permitindo-nos aproximar realidades que, à primeira vista, parecem distantes.

Orientações éticas

As atividades desenvolvidas a partir da REDE são realizadas em nome de princípios éticos e metodológicos que serão objeto de uma regulação permanente, através duma exigência de reflexividade e da assunção de uma posição responsável em relação à comunidade científica, aos parceiros associados às atividades desenvolvidas e à sociedade no seu conjunto.

1. Para enquadrar este compromisso científico, profissional, social e político, procuramos perseguir os princípios éticos que queremos promover ao nível da sociedade, dando prioridade: 1) ao **respeito pela diversidade e pela divergência** que existem. na base da construção das sociedades, procurando encontrar a melhor equação possível entre os interesses individuais e coletivos e o bem comum; 2) a **solidariedade**, contra a competição que se esgote na busca do interesse individual; 3) a **cooperação**, que visa integrar a contribuição de todos para a realização de objetivos comuns, ao longo de um processo educativo onde a aprendizagem é coletiva; 4) **interculturalidade** de pontos de vista ou **transdisciplinaridade** no campo disciplinar como metodologia para enfrentar questões complexas; 5) a **dimensão transnacional** essencial para compreender e atuar no contexto de formações sociais interdependentes; 6) os **processos** através dos quais se gerem, sempre a médio e longo

prazo, os valores que motivam os nossos compromissos, mais do que resultados que se esgotam no curto prazo sem projeção no tempo.

2. Estes princípios traduzem-se nas orientações metodológicas seguintes:

1. A identidade da REDE e as suas atividades devem estar associadas à busca do bem comum servido pelos valores de respeito pelas diferenças, de solidariedade e de justiça social.
2. A atividade da REDE deve ser pautada pela busca de valores coletivos e por uma abordagem que possibilite conciliar, num processo de aprendizagem permanente, o interesse individual e o interesse coletivo. Esta orientação diz respeito tanto à formação da própria Rede como às situações de pesquisa nas quais seus Membros estão envolvidos.
3. A Rede tem uma vocação transnacional e pluricultural e não discrimina os seus membros de acordo com o seu local de residência, a sua nacionalidade, a sua afiliação étnica, a sua língua, o seu gênero ou qualquer outra característica suscetível de poder ser utilizada como critério de desigualdade individual, social ou científica.
4. A atividade da Rede é pautada pelo princípio de cooperação que deve prevalecer tanto entre os seus membros como entre os seus membros e toda a comunidade científica. São Rejeitadas práticas competitivas que sejam impostas por interesses internos ou externos ao campo científico na medida em que elas visem criar ou perpetuar privilégios ou hegemonias, com base em critérios não científicos, e que possam limitar ou condicionar a capacidade de criatividade, de produção ou de intervenção, movidas pelo interesse científico.
5. O tratamento de problemas complexos, que dominam os desafios que se colocam à pesquisa e à intervenção, exige tempo. Neste sentido, ainda que os resultados devam ser indexados a lugares ou a tempos específicos, o compromisso científico da **Rede/Desigualdades** deve valer pela sua participação em processos que significam em relação a diferentes escalas

espaciais e temporais que se projetam, na maioria dos casos, no médio ou no longo prazo.

6. Tendo em conta a sua dimensão transnacional, transdisciplinar e socialmente comprometida, a REDE é confrontado e deve contribuir para o tratamento de problemas complexos. Isso significa que no campo de atividade de referência da Rede intervêm outros atores - públicos e privados - movidos por lógicas de ação diferentes da lógica científica. Uma vez que os produtos da atividade científica devem resultar, nestas conjunturas de parceria, da conjugação dos diferentes interesses em jogo, ou mesmo de formulações divergentes dos mesmos problemas, a avaliação dos resultados da ação deve ser plural no que diz respeito às suas dimensões, transparente nos seus critérios e arbitrada, em última instância, por princípios éticos.

Estatuto dos Membros

Membros

Categorias dos Membros

1. Considerando a sua iniciativa na criação da REDE, a sua inscrição nas atividades desenvolvidas ou a sua capacidade institucional para mobilizar as respetivas instituições de pertença, são distinguidos os seguintes estatutos de Membro: 1) Membros Fundadores, são aqueles que tiveram iniciativa e responsabilidade no desenvolvimento das parcerias e das atividades que estão na origem da REDE; 2) Os Membros, são aqueles que exercem uma atividade científica ou académica nas Instituições fundadoras ou outros que vierem a ser associadas à REDE, que têm um diploma de um curso de doutoramento, e que inscrevem atualmente a sua atividade no seio da REDE; 3) Os Membros Associados estão inscritos em cursos de mestrado ou de doutoramento e/ou exercem atividade científica ou académica nas Instituições associadas e sob a orientação de um Membro.
2. Cabe a cada Membro a iniciativa de creditar a Rede com aquelas das suas produções individuais (resultados ou processos de pesquisa ou de intervenções significativos)

suscetíveis de entrar na esfera de ação da Rede. No seu conjunto, produções individuais e coletivas participarão na construção da identidade da REDE.

Possibilidades e modalidades de adesão

1. O universo de recrutamento dos membros da REDE são as instituições que estão na base da sua criação e de outras que venham a associar-se ao seu desenvolvimento. Sempre que possível, as instituições associadas à REDE estabelecerão protocolos de cooperação entre elas com vista a melhor enquadrar as atividades de intercâmbio e partilha científicas;
2. Independentemente e para além das suas pertenças institucionais, a qualidade de Membro da REDE resulta de uma decisão de adesão individual.
 - i. Considerando a sua afirmação voluntária (mesmo que enraizada em instituições), a REDE é constituída a partir de adesões, 1) *individuais*, mesmo quando os Membros se apoiam ou representam instituições e 2) *explícitas*, quer dizer que as adesões não são feitas por inerência (pela pertença a um coletivo afiliado) mas decorrem de uma decisão explícita de afiliação.
 - ii. Considerando a sua afiliação orgânica e concretizando os efeitos de acordos de cooperação interinstitucionais, os indivíduos podem representar coletivos e investir na REDE a partir de instituições ou de grupos de pertença profissionais, científicos, académicos ou associados à intervenção cidadã.
 - iii. Compete sempre a cada Membro individual a responsabilidade de gerir a sua margem de autonomia/dependência em relação à instituição de pertença, de modo a definir o grau, os níveis ou as modalidades através das quais ele poderá comprometer essas instituições na concretização da sua atividade na REDE.
3. A existência de um protocolo ou de um acordo de cooperação entre as Instituições que participam na REDE, fornece o quadro regulamentar dentro do qual as atividades se desenvolvem. Se for caso disso, os protocolos de cooperação interinstitucional já existentes poderão ser atualizados ou poderão ser implementados novos.
4. Por outro lado, pode considerar-se a possibilidade das colaborações bilaterais no interior da REDE não serem sempre apoiadas por acordos interinstitucionais formais;

é o caso dos intercâmbios triangulados entre três instituições (A, B e C), quando a Instituição A tem acordos com a instituição B, que por sua vez tem acordos com C, sem que existam acordos entre A e C. Nestes casos, o estatuto das interconexões é legitimado pela pertença em comum à REDE e o enquadramento da cooperação é regulado no seio da própria REDE.

5. A adesão à Rede não exclui que os seus Membros possam pertencer a outras unidades de pesquisa, uma vez que a cooperação no interior da REDE deve ter uma função sumativa e não subtrativa.

Meios de funcionamento

1. Os meios financeiros investidos na realização das atividades coletivas da REDE serão disponibilizados pelos seus Membros, na medida dos compromissos e dos montantes aceites para a realização de cada atividade.
2. A REDE pode ainda gerir coletivamente fundos próprios resultantes de projetos coletivos ou de doações, de acordo com as condições a definir nos estatutos pela Estrutura executiva em articulação, se for caso disso com as instituições associadas.
3. Os órgãos de gestão e as diversas tarefas administrativas necessárias à existência da REDE podem ser descentralizados e deslocalizados em função dos compromissos assumidos e da disponibilidade dos Membros.

Estrutura orgânica

O funcionamento de REDE é assegurado por três órgãos:

1. A Assembleia Geral;
2. A Comissão de Coordenação
3. O Coordenador

A Assembleia Geral

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os Membros da REDE (Cf. supra).

2. A Assembleia Geral reúne-se a pedido Comissão de Coordenação e pelo menos uma vez por ano civil. A Assembleia Geral pode ainda reunir-se em qualquer momento a pedido de pelo menos um terço dos seus membros.
3. Compete à Assembleia Geral eleger no seu seio, por um período de três anos renováveis, um Presidente e um Secretário;
4. Compete igualmente à Assembleia Geral eleger, entre os Membros ativos, por um período de três anos, uma Comissão de Coordenação da REDE;
5. Compete ainda à Assembleia Geral:
 - a) dar parecer sobre a proposta de Relatório de Atividades a apresentar pela Comissão de Coordenação;
 - b) dar parecer sobre o projeto de proposta de plano de atividades e de investimentos para o ano seguinte apresentadas pela Comissão de Coordenação;
 - c) dar parecer sobre a composição e o estatuto dos membros REDE propostas pela Comissão de Coordenação;

A Comissão de Coordenação

1. A Comissão de Coordenação é eleita em Assembleia Geral de forma que os seus membros possam representar as Instituições associadas e/ou as principais orientações científicas da REDE.
2. Compete à Comissão de Coordenação:
 1. eleger, entre os seus Membros, o Coordenador da REDE;
 2. repartir entre os seus Membros a responsabilidade de pelouros que lhe pareçam adequados constituir;
 3. Designar os responsáveis pelos dispositivos da REDE existentes ou que venham a ser criados, incluindo:
 - a) A coordenação científica da coleção *Navegar é Preciso*;
 - b) A composição das Comissões Editorial e Científica
3. A periodicidade dos mandatos da Comissão de Coordenação é de três anos;

O Coordenador

1. O coordenador é eleito pela Comissão de Coordenação por um período de três anos;
2. Compete ao Coordenador:
 - a) conduzir a política científica da REDE de acordo com as orientações definidas, em articulação com a Comissão de Coordenação e a Assembleia Geral;
 - b) assegurar a gestão das atividades científicas conjuntas em articulação com a Comissão de Coordenação;
 - c) assegurar a gestão dos instrumentos da política editorial, em colaboração com o Coordenador Científico, a Comissão Editorial e a Comissão Científica da Coleção Navegar é Preciso;
 - d) assegurar a gestão quotidiana da REDE em colaboração com o Secretariado Científico, particularmente, a gestão do site e das plataformas de comunicação e contatos com os Membros e comunidade científica;
 - e) preparar os documentos previstos na orgânica da REDE e convocar os órgãos de gestão.